

EDUCAÇÃO AMPLIADA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A VALORIZAÇÃO DE CONHECIMENTOS E SABERES SINGULARES NA REALIDADE DA CADEIA PRODUTIVA LEITEIRA DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO/MA

Juliana Ferreira de Sousa¹

Resumo: Neste trabalho refletimos acerca da educação ampliada como ponto de partida para analisar os desafios e possibilidade de valorização dos conhecimentos e saberes singulares na realidade da cadeia produtiva leiteira de São Francisco do Brejão/MA. Na busca de pensarmos sobre essas possibilidades, nos deparamos com alguns obstáculos que envolvem o sistema educativo como ferramenta para os fins ideológicos do sistema produtivo que tem como centralidade uma formação única e exclusiva para o mercado de trabalho. Dessa forma, utilizamos como aporte teórico para essas discussões Freitas (2012;2014), Motta (2009), Dias e Oliveira (2017) e Leher (1999). A partir desse cenário a ideia de educação ampliada que valorize os saberes singulares se torna uma realidade distante.

Palavras-chave: Educação Ampliada. Capital. Cadeia Produtiva Leiteira.

Considerações iniciais

A discussão sobre educação e processo formativo na sociedade moderna é atravessada pela luta da educação como direito social. Envolvendo as condições necessárias para que as pessoas possam ser consideradas cidadãs, que detém direitos civis, sociais, políticos e econômicos. Saviani (2013, p.745) destaca as questões que envolvem a inserção da educação na sociedade contemporânea.

Isso porque a sociedade moderna, centrada na cidade e na indústria, assumindo a forma de uma sociedade de tipo contratual, substituiu o direito natural ou consuetudinário pelo direito positivo. Isto quer dizer que a sociedade urbano-industrial se baseia em normas escritas. Portanto, a participação ativa nessa sociedade, vale dizer, o exercício dos direitos de todo tipo, pressupõe o acesso aos códigos escritos. Eis porque esse mesmo tipo de sociedade erigiu a escola em forma principal e dominante de educação e advogou a universalização da escola elementar como forma de converter todos os indivíduos em cidadãos, isto é, em sujeitos de direitos e deveres.

¹Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação (FE/UFRJ). Rio de Janeiro - RJ, Brasil. julianaferreiras@ufrj.br.

É por meio dessa reconfiguração social organizacional que a educação acaba se tornando indispensável. A nova realidade urbana-industrial necessita de normas escritas e de cidadãos ativos na sociedade para concretizar essa nova configuração. Entretanto, as intencionalidades que envolvem essa fixação de um processo educativo vão para além dessas motivações apresentadas.

A educação vai estar atrelada também, ao processo produtivo capitalista, como uma forma de potencializar mais valor, assim como qualquer outro investimento desse sistema produtivo. “Para esta ‘teoria’, nas palavras de Frigotto, “a educação potencializa trabalho e, enquanto tal, constitui-se num investimento social ou individual igual ou superior ao capital físico” (MOTTA, 2009, p. 235).

Dessa forma, a educação passa a ser um investimento e um meio pelo qual esse sistema produtivo se reproduz. E isso não se restringe somente a lucratividade econômica, mas também a questões ideológicas e de poder. Como afirma Motta (2009, p. 248).

O Estado burguês, enquanto Estado-educador, no decorrer de seu processo histórico e impulsionado pela sua própria essência contraditória, expandiu sua esfera de domínio desenvolvendo capacidades estratégicas, cada vez mais refinadas, de impor a adesão à sua forma particular de ver o mundo. E esta função educadora pode ser identificada ao longo do processo de desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista – seja para civilizar e disciplinar aquela massa de trabalhadores ‘livres’ ainda em formação, libertando-os das tradições acrílicas do *Ancien Règime* e formando-os pelos valores da laboriosidade burguesa, seja como estratégia de segurança internacional para conter o avanço do comunismo, seja para modernizar e aumentar a produtividade (‘teoria do capital humano’).

É nítido que existe uma finalidade na disponibilização de um processo formativo para as camadas populares, já que historicamente essa classe em específico não tinha nenhum tipo de acesso à educação.

Como regra, as elites historicamente sonegaram até mesmo a dimensão do conhecimento às camadas populares. Ao longo de décadas o empresariado conviveu muito bem com o analfabetismo e com a baixa qualidade da educação, até que a complexificação das redes produtivas e do próprio consumo demandou mais conhecimento e a mão de obra barata ficou mais difícil de ser encontrada, derrubando as taxas de acumulação de riqueza. (FREITAS, 2014, p. 1089)

A complexificação do sistema produtivo pressionou a necessidade de profissionais mais “qualificados”. A partir disso, o capital precisou equilibrar essa realidade e disponibilizou a liberação de conhecimento e educação para as camadas populares. Porém, isso acaba trazendo impasses para o sistema produtivo, já que essa disponibilização de acesso à educação pode

atrapalhar os negócios capitalistas, no que diz respeito ao desenvolvimento de pensamentos progressistas que não seriam interessantes para o controle ideológico e de poder. Por isso existe um acompanhamento e controle de muito perto do sistema educativo, principalmente do público.

É esta contradição entre ter que qualificar um pouco mais e ao mesmo tempo manter o controle ideológico da escola, diferenciando desempenhos mas garantindo acesso ao conhecimento básico para a formação do trabalhador hoje esperado na porta das empresas, que move os reformadores a disputarem a agenda da educação, responsabilizando a escola pela falta de equidade no acesso ao conhecimento básico, ou seja, responsabilizando a escola por não garantir o domínio de uma base nacional e comum a todos. (FREITAS, 2014, p. 1089)

Esses ambientes educacionais em sua maioria são controlados por currículos básicos e mínimos que atendem às necessidades do capital.

A proposta dos reformadores empresariais é a ratificação do currículo básico, mínimo, como referência. Assume-se que o que é valorizado pelo teste é bom para todos, já que é o básico. Mas o que não está sendo dito é que a “focalização no básico” restringe o currículo de formação da juventude e deixa muita coisa relevante de fora, exatamente o que se poderia chamar de “boa educação”. Além disso, assinala para o magistério que, se conseguir ensinar o básico, já está bom, em especial para os mais pobres. (FREITAS, 2012, p. 389)

O currículo básico e mínimo é eficaz para as duas principais finalidades do sistema produtivo. A primeira diz respeito a formação rápida e operativa dos estudantes para o mercado de trabalho, evidenciando somente as habilidades fundamentais para esse sistema. A segunda está vinculada a restrição da formação humana e plena dos estudantes, pois esse currículo básico e mínimo oprime a diversidade de conhecimentos, e não tem como princípio formar estudantes com opiniões sociais e políticas, mas sim, pessoas omissas, solidárias e harmoniosas.

O direito à formação ampla e contextualizada que todo ser humano deve ter é reduzido ao direito de aprender o “básico” expresso nas matrizes de referência dos exames nacionais, assumido ali como o *domínio que é considerado “adequado” para uma dada série escolar nas disciplinas avaliadas* – não por acaso as que estão mais diretamente ligadas às necessidades dos processos produtivos: leitura, matemática e ciências. Convém enfatizar que são as matrizes de referência dos exames e *não o currículo prescrito, a base nacional comum*, que definem o que será considerado como “básico”. (FREITAS, 2014, p. 1090)

É notório que essa formação básica se restringe somente ao desempenho do alunado aos exames nacionais que medem os domínios considerados “adequados”, para que assim as escolas obtenham boas médias e garantam acesso dos seus estudantes ao mercado de trabalho. Se esses alunos escolherem ampliar suas opções para além daquelas que são apresentadas, eles terão que

recorrer as suas “aptidões” e “dons pessoais”. Freitas (2014, p. 1090) destaca que essa ampliação de conhecimento “[...] depende do esforço e *mérito de cada um*. Os liberais não convivem com a igualdade de resultados, apenas com a igualdade de oportunidades”.

Essa percepção sustenta o funcionamento de um processo educacional que exclui e culpabiliza os próprios estudantes pelas derrotas e vitórias escolares. Dessa forma, fica evidente que cada vez mais o sistema educativo está sendo utilizado para redução de conhecimentos e conteúdos escolares que impossibilitam uma forma plena dos estudantes.

Neste sentido, os problemas do desemprego e da precarização do trabalho são deslocados para a qualificação do trabalhador. É como se a exclusão fosse decorrente de opções educativas erradas dos indivíduos. Daí a tese de que a única alternativa realista é a formação profissional. Grande parte dos sindicatos brasileiros, independente da filiação à CUT ou à Força Sindical, está empenhada em acordos com o governo, com o objetivo de propiciar, aos seus associados, cursos de qualificação e treinamento. O corolário é a perda da capacidade de contestação política ao sistema capitalista, favorecendo o avanço das reformas neoliberais e o enraizamento da ideologia da globalização nas classes trabalhadoras que, deste modo, se movem no interior das ideologias dominantes. Os sindicatos tornam-se incapazes de fazer frente ao avanço da barbárie do capital. (LEHER, 1999, p. 30)

O processo educativo é construído ideologicamente como um lugar que traz esperanças, possibilidades e oportunidades. De fato a educação poderia ser um espaço de conquistas e realizações que são extremamente importantes para o combate às desigualdades sociais. Entretanto, esse processo educativo é utilizado quase que única e exclusivamente para os fins lucrativos e de consolidação de poder, que impedem um avanço por completo de uma formação integral de caráter emancipatório.

É preciso pensar em alternativas que contrariem esse formato de educação que visa somente os fins lucrativos, e que desconsidera a formação completa de seus estudantes. É imprescindível repensar esse formato a partir de um processo de valorização de outras formas de educação, que não estejam ligadas somente a essa lógica de educação que visa somente fins lucrativos. Pois o processo educativo é complexo e não se limita a um espaço físico, como a escola e a sala de aula, ou, a disciplinas e conteúdos limitados, o conhecimento está em todos lugares. Portanto é necessário elaborar a construção de modelos educativos que levem em consideração o desenvolvimento humano de uma forma mais completa.

Desse modo, é possível vislumbrar a educação como uma categoria ampliada, ou seja, que não se limita exclusivamente aos procedimentos de ensino e aprendizagem e conteúdos que são praticados nas escolas e que são destinados a uma formação específica, que em sua maioria



visam o mercado de trabalho. É preciso considerar também, outras formas de processo formativo que estão em diferentes ambientes, em diversos saberes e em vários sujeitos. Em virtude disso, tem-se como objetivo, nesse trabalho, refletir acerca dos desafios e possibilidades para a prática de uma educação ampliada, a partir da valorização de saberes singulares na realidade da cadeia produtiva leiteira de São Francisco do Brejão/MA.

Educação ampliada: desafios e possibilidades para a valorização de saberes na realidade da cadeia produtiva leiteira de São Francisco do Brejão/MA

Atualmente a educação é uma das principais ferramentas ideológicas de controle do capital, e é utilizada como estratégia indispensável do sistema produtivo. Segundo Leher (1999, p.30) “O capitalismo atual é justo com aqueles que souberem se qualificar corretamente. Basta não insistir nas prioridades erradas”. É possível observar que o sistema produtivo utiliza o processo formativo como um instrumento de controle do capital.

É importante destacar que esse processo formativo utilizado pelo capital, não está vinculada a uma formação integral, mas sim, a uma formação limitada que tem como princípio a reprodução eficaz do sistema produtivo.

Nesta “nova era”, conforme o editorialista da revista *Fortune*, Thomas A. Stewart, “o conhecimento se converteu no fator de produção mais importante” de um pouco preciso “capitalismo intelectual” que teria sucedido ao capitalismo industrial. Nesta “nova era do capitalismo, o principal capital é o intelectual” e, por isso, a educação, na condição de capital, tornou-se assunto de *managers* e não mais de educadores. Subjacente ao *glamour*, sobressai o caráter ideológico da formulação que sequer é inteiramente original. Nesta versão renovada da teoria do capital humano, o conhecimento não pertence mais ao indivíduo, tampouco é pensado a partir do mesmo: “é a empresa que deve tratar de adquirir todo o capital humano que possa aproveitar”. (LEHER, 1999, p. 25)

Nesse sentido, o conhecimento passa a ser visto como um fator central de produção e desenvolvimento capitalista. Nota-se que o capitalismo intelectual superou o capitalismo industrial, dessa forma o capital em evidência não é mais o material, e sim, o capital intelectual. Portanto, a educação perde sua essência no que diz respeito a uma formação ampliada que atenda todas as demandas sociais, políticas e de classe. E passa a ser consolidada a partir de um modelo formativo que visa somente o crescimento e a fixação do sistema produtivo.

Esse convencimento se consolida em duas direções – dos aparelhos privados de hegemonia em direção à ocupação de instâncias no Estado e, em sentido inverso, do

Estado, da sociedade política, da legislação e da coerção, em direção ao fortalecimento e à consolidação da direção imposta pelas frações de classe dominantes por meio da sociedade civil, fortalecendo a partir do Estado seus aparelhos privados de hegemonia. A dominação de classes se fortalece com a capacidade de dirigir e organizar o consentimento dos subalternos, de forma a interiorizar as relações sociais existentes como necessárias e legítimas. O vínculo entre sociedade civil e Estado explica como a dominação porreja em todos os espaços sociais, educando o consenso, forjando um ser social adequado aos interesses (e valores) hegemônicos. (FONTES, 1980, p. 212)

A coerção social é validada através do fortalecimento dos aparelhos privados de hegemonia por intermédio do estado. Que reforçam a dominação de classes por meio do controle e legitimação das relações sociais que são indispensáveis para a formação de uma sociedade civil. O sistema educativo é articulado a partir desse vínculo de proximidade entre sistema produtivo e estado que forjam o ser social apropriado para reprodução dos interesses hegemônicos.

Leher (1999, p.26) reitera que “para as ideologias dominantes, o melhor antídoto para os males decorrentes do desemprego é a educação elementar e a formação profissional. Isto explica, em grande parte, as diretrizes do Banco Mundial para o ensino”. Essa configuração desencadeou um cenário educativo ligado a formação para o mercado de trabalho e para a competitividade. Cada vez mais os espaços educativos, desde a educação básica até a educação superior reproduzem esse discurso de profissionalização e deixam de lado outras especificidades da formação educativa.

Com efeito, de acordo com a análise de Amin, o mercado dos países periféricos, distintamente dos países centrais, não é integrado tridimensionalmente (capital, mercadoria e trabalho), mas sim bidimensionalmente (capital e mercadoria) — *o trabalho, nas periferias, está excluído do mercado de trabalho fundado no conhecimento científico avançado*, estando confinado pelas barreiras nacionais que separam os países centrais das periferias. (LEHER, 1999, p. 26, destaques do original)

O autor destaca a diferenciação de mercado a partir do espaço geográfico que os empreendimentos econômicos estão inseridos. É possível visualizar que os países centrais estão respaldados por uma estrutura tridimensional que é composta pelo capital, mercado e trabalho que se caracteriza a partir de uma ideia de “qualificação” por intermédio de uma formação científica de qualidade. Enquanto, os países periféricos são compostos por sistema bidimensional, capital e mercadoria, que não dispõem da “qualificação” científica de qualidade, e sim uma qualificação que permita os trabalhadores operarem e manusearem as ferramentas de trabalho. Essa diferenciação dessas estruturas trazem algumas reflexões acerca de “qualidade” de ensino e formação.



A sociedade civil é o local da formulação e da reflexão, da consolidação dos projetos sociais e das vontades coletivas. Por meio de sua imbricação no Estado, assegura que a função estatal de educação – o ‘Estado educador’ – atue na mesma direção dos interesses dirigentes e dominantes, através da mediação dos partidos políticos, tanto os oficiais como os que, extra-oficialmente, difundem e consolidam as visões de mundo, a imprensa (ou a mídia). Esta assume diversas modalidades, agrupando diferentes tipos de intelectuais, desde os que forjam a ‘racionalidade’ adequada, sob a forma da reflexão técnica especializada (seminários, congressos, encontros), consolidando-o entre seus ‘pares’ por meio de periódicos especializados, até os repetidores, encarregados de sua vulgarização (transformação em ‘dogmas’) e ampla difusão. (FONTES, 1980, 213-214)

O “Estado educador” é o principal responsável pela disseminação de uma educação voltada aos interesses dominantes. E é através dele que se instaura um modelo educativo designado somente para as camadas populares. Modelo esse que assegura uma educação mínima para essa população, centralizada nas habilidades básicas de saber ler, escrever e contar. Desvalorizando e desprestigiando na maioria das vezes outras formas de saberes que essas camadas populares possuem.

Para compreendermos a importância de valorização de outras formas de saberes, que não estejam vinculadas somente ao desenvolvimento do capital, destacaremos a importância da lógica de educação ampliada, que parte do reconhecimento das práticas sociais como base para a efetivação de uma formação integral. Traremos como exemplo, a realidade da cadeia produtiva leiteira de São Francisco do Brejão/MA, entendendo esse espaço como um lugar de construção de conhecimentos e saberes singulares. Saberes e conhecimentos esses que são compartilhados e construídos ao longo do tempo pelo desenvolvimento de experiências e ações coletivas cotidianas. Nesse sentido, a noção de educação ampliada está atrelada a processos educativos que se adaptem ao meio social e cultural dos indivíduos, de uma forma flexível e dinâmica, tendo como base os interesses dos grupos sociais.

Nessa perspectiva, os processos educativos devem se adaptar ao meio social e cultural dos indivíduos, de modo flexível e dinâmico, tomando como base os interesses dos grupos, assim o aprendizado acontece de forma não obrigatória. Por isso, o tempo de aprendizagem não é fixado, a absorção e reelaboração dos conteúdos, implícitos ou explícitos, respeitam as diferenças existentes nos sujeitos e contextos, de maneira que os objetivos do processo de ensino e aprendizagem sejam estabelecidos conforme as necessidades de determinado grupo. (DIAS e OLIVEIRA, 2017, p. 02)

É necessário detalhar a dinâmica de organização da cadeia produtiva leiteira através de setores. Para que se entenda a construção de saberes singulares em cada um desses espaços.

Os setores são distribuídos da seguinte forma: *as Fazendas*, local onde é retirada a matéria prima (leite) que movimenta a cadeia produtiva; *os Transportes* que são responsáveis

pela locomoção da matéria prima até o espaço de beneficiamento; *os Laticínios*, espaço padronizado para o beneficiamento do leite e distribuição dos produtos para a rede nacional da indústria láctea.

Com a padronização dos laticínios, a produção leiteira acaba se concentrando nesses estabelecimentos e o serviço de transporte acaba se tornando indispensável para a captação do leite. Com o desmonte dessas produções familiares, a profissionalização do vaqueiro vai ser uma realidade dessa nova etapa. É possível visualizar a atual cadeia produtiva leiteira de São Francisco do Brejão da seguinte forma: *Fazendas, Transportes e Laticínios*. (SOUSA, 2019, p. 51)

As Fazendas: Esse espaço social que integra a cadeia produtiva leiteira é composto pelos proprietários das fazendas e os vaqueiros que são os principais sujeitos dessa realidade social. Segundo Cabral (2008) esses sujeitos sociais estão presentes no campo maranhense desde o século passado. As atividades desempenhadas por esses sujeitos são caracterizadas por tarefas árduas e numerosas, consistindo em acompanhar o rebanho nos pastos, amansar os bezerros, cuidar individualmente das vacas paridas e cuidar das doenças dos animais. É possível notar que esses sujeitos sociais possuem saberes e conhecimentos singulares sobre essa realidade social. Conhecimentos esses que são transmitidos ao longo de um processo histórico, por meio de experiências sociais.

Em outras palavras, as práticas decorrentes a educação ampliada deve pautar-se no compromisso com as questões consideradas importantes pelo grupo, constituindo-se como ponto fundamental para o desenvolvimento das atividades e ações educativas, tornando-se mais importante do que qualquer conteúdo já preestabelecido por pessoas ou instituições (SIMSON; PARK; FERNANDES, 2001). Sendo assim, os elementos existentes na comunidade são valorizados, às vezes mesclados com novos elementos introduzidos pelos educadores, e pela experiência em ações coletivas. (DIAS e OLIVEIRA, 2017, p. 03)

Esses conhecimentos adquiridos por meio da prática da lida com a terra e com o gado despertam aprendizagens significativas que estão presentes cotidianamente na vida desses sujeitos.

Os Transportes: Nos transportes vamos ter a realidade cotidiana dos motoristas e de seus ajudantes. A rotina desses sujeitos está concentrada na coleta do leite nas fazendas, para depois transportá-lo para os laticínios, onde o leite será beneficiado. Se trata também de um espaço de construção de saberes, pois esses sujeitos desenvolvem habilidades para permanecerem em seus postos de trabalho. Como eles fazem a captação do leite, são os primeiros a terem contato com a matéria prima dessa cadeia produtiva, portanto, são eles os



responsáveis pela verificação de qualidade desse produto. Esses sujeitos não possuem nenhuma formação para desempenhar tal função, é a partir do trabalho e da vivência cotidiana que eles aprendem a fazer essa checagem de forma “amadora” para detectar a qualidade dessa matéria prima.

A partir dessa realidade social do setor dos transportes é possível afirmar que o trabalho tem um papel fundamental na formação humana, e é por ele e através dele que os seres humanos conseguiram modificar a natureza e fornecer materiais que geram riquezas em todo o mundo. Porém, o trabalho não tem somente uma finalidade financeira na vida humana. Antunes (2013) afirma que o trabalho é muito mais que isso, é uma condição básica e fundamental de toda vida humana, ou seja, pode-se afirmar que o trabalho transformou os próprios seres humanos. E é por meio do trabalho que ocorre essa construção de conhecimentos e saberes singulares nessa realidade social.

Os Laticínios: É o setor onde se concretiza a transformação da matéria prima em produto final. Essas fábricas de laticínios são compostas pelos queijeiros, que são sujeitos sociais fundamentais na realidade da cadeia produtiva leiteira. Eles que são responsáveis pela elaboração dos produtos finais. Assim como os outros sujeitos que integram essa realidade social, os queijeiros não possuem formação para desempenharem suas funções, todos os saberes sobre a produção de queijos, requeijões e manteigas, são frutos de um longo convívio nessa realidade social. A maioria deles aprendeu esse ofício com seus familiares e em outras atividades laborais dentro da cadeia produtiva.

Em outras palavras, as práticas decorrentes da educação ampliada devem pautar-se no compromisso com as questões consideradas importantes pelo grupo, constituindo-se como ponto fundamental para o desenvolvimento das atividades e ações educativas, tornando-se mais importante do que qualquer conteúdo já preestabelecido. Sendo assim, os elementos existentes na comunidade são valorizados, às vezes mesclados com novos elementos introduzidos pelos educadores, e pela experiência em ações coletivas por pessoas ou instituições. Nesse sentido, a formação dos sujeitos volta-se para aprendizagens de ordem subjetiva, relativas ao plano emocional e cognitivo, bem como aprendizagens de habilidades corporais, técnicas manuais que capacitam os participantes para o desenvolvimento de uma atividade de criação. Acredita-se que a educação ampliada se configura como instrumento educativo potencial para a libertação das pessoas e transformação social, porque nela podem ser encontradas possibilidades de viabilizar a luta dos indivíduos por sua humanização, pautando-se na compreensão de que os sujeitos são agentes de mudanças, capazes de conhecer criticamente o contexto cultural e social que os circunscreve, à medida que se engajam no processo de conquista de sua cidadania. (DIAS e OLIVEIRA, 2017, p. 02-03)

A construção do modelo de educação ampliada destaca a valorização das práticas sociais que são de extrema importância para os grupos sociais. Pois essas práticas sociais



consequentemente serão fundamentais para o desenvolvimento de atividades educativas. Na realidade da cadeia produtiva leiteira é possível visualizar as atividades laborais como práticas sociais importantes para os sujeitos que integram essa contexto social. Pois elas são o meio pelo qual esses sujeitos adquirem sua subsistência, e são a forma pela qual se desenvolvem e se disseminam os conhecimentos e saberes singulares dessa cadeia produtiva.

A prática e a aplicação da educação ampliada a partir das realidades sociais, é fundamental para o processo de libertação e transformação social desses sujeitos. Visto que não teríamos exclusivamente como foco nos sistemas educacionais e nos processos de aprendizagens a valorização e ampliação do capital. As lutas sociais, as lutas por direitos e as reivindicações trabalhistas estariam presentes, como questões que são indispensáveis para serem debatidas nos espaços escolares. Destacando os sujeitos sociais como agentes de mudanças e não como agentes passivos.

É possível visualizar na realidade da cadeia produtiva leiteira uma relação dos sujeitos com a natureza, relação essa que gera conhecimentos. Entretanto, a interpretação que se tem dos sujeitos que estão inseridos no ambiente rural é de inferioridade. De que essas pessoas que vivem no campo, e se relacionam e modificam a natureza, são menores que as outras.

A luta árdua dos trabalhadores é desvalorizada. É comum encontrar a caracterização de que os trabalhadores rurais são pessoas sem cultura, sem conhecimentos e totalmente vulneráveis e moldáveis, ou seja, agentes passivos. Todavia, o ambiente rural é um espaço histórico onde os seres humanos produzem vida, portanto, é lugar de luta, de construção de conhecimentos e de cultura.

Na realidade da cadeia produtiva leiteira é possível identificar a produção de conhecimentos e saberes por meio do trabalho. Conhecimentos e saberes que são próprios dessa realidade social e que poderiam caracterizar a construção de aprendizagens que seriam fundamentais para a construção de identidade de luta coletiva para os sujeitos que integram esse contexto social.

Considerações finais

O sistema educativo é marcado nesse momento como um procedimento que está a serviço do desenvolvimento, crescimento e fortalecimento dos modos de produção. Através de um modelo de educação limitado e mínimo, que se consolida a partir de um processo formativo

restrito. Diante desse cenário, esse trabalho buscou compreender os desafios e as possibilidades para a efetivação de uma educação ampliada que reconheça os conhecimentos e saberes singulares, a partir da realidade da cadeia produtiva leiteira de São Francisco do Brejão/MA.

Os desafios que permeiam a efetivação de uma educação ampliada que reconheça os saberes e conhecimentos singulares na realidade estudada, estão atrelados ao não reconhecimentos dessas práticas sociais enquanto uma fonte de conhecimentos e saberes. Já que os conhecimentos e saberes são associados ao ensino e conteúdo das escolas formais que estão a serviço do capital. E essas práticas dos grupos sociais acabam sendo ignoradas como forma de construção de aprendizagens.

Apesar das circunstâncias desanimadoras, é possível traçar possibilidades para a consolidação de uma percepção ligada a lógica da educação ampliada. Por meio da valorização, dentro e fora dos espaços escolares, dos conhecimentos e saberes singulares da realidade da cadeia produtiva leiteira. Desencadeando assim, o desenvolvendo da conscientização educacional e política dos sujeitos que integram esse contexto social. Já que essas experiências são capazes de proporcionar novas e diferentes formas de compreender a realidade de forma crítica. A valorização dessas práticas sociais que estão presentes nessa realidade social podem romper com as estruturas sociais desiguais e superar condições e situações de opressão, despertando assim a formação integral desses sujeitos.

Referências

ANTUNES, R. **A dialética do trabalho**. V. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CABRAL, S. **Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão**. 2. Ed. São Luís: Edufma, 2008

FREITAS, C. **Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola**. Disponível: <https://www.scielo.br/pdf/es/v35n129/0101-7330-es-35-129-01085.pdf>.

FREITAS, C. **Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação**. Disponível: <https://www.scielo.br/pdf/es/v33n119/a04v33n119.pdf>.

FONTES, V. **A sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980 (p.201 239)**. In: LIMA e NEVES (Orgs). *Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. Disponível: <https://portal.fiocruz.br/livro/fundamentos-da-educacao-escolar-do-brasil-contemporaneo>.



LEHER, R. **Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo.** *Revista Outubro*. Edição 3, 1999. Disponível: <http://outubrorevista.com.br/um-novo-senhor-da-educacao-a-politica-educacional-do-banco-mundial-para-a-periferia-do-capitalismo/>.

MOTTA, V. **Ideologias do capital humano e do capital social:** da integração à inserção e ao conformismo. *Revista Trabalho, Educação e Saúde*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/EPSJV. v. 6 n. 3, p. 549-571, nov.2008/fev.2009. Disponível: <https://www.scielo.br/pdf/tes/v6n3/09.pdf>.

SAVIANI, D. **Vicissitudes e perspectivas do direito à educação no Brasil:** abordagem histórica e situação atual. *Educação e Sociedade*. V.34, n. 124, p. 743-760, jul-set 2013. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/es/v34n124/06.pdf>.

SOUSA, J. **“CAPITAL DO LEITE”:** as relações de trabalho na cadeia produtiva leiteira de São Francisco do Brejão/MA. 2019. 78 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia – Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2019.

OLIVEIRA, B; DIAS, C. **Educação não formal:** instrumento de libertação e transformação? *Revista Científica da FHO|UNIARARAS* v. 5, n. 2/2017.